CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
LETRAS – LICENCIATURA EM INGLÊS E PORTUGUÊS

BRUNA CRISTINA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
YASMIM MAYUMI HAYASHI LAHUD

APAGAMENTO DA MULHER NA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO E USO DA LINGUAGEM NEUTRA COMO COMBATE À FORMA DE DOMINAÇÃO

Ribeirão Preto
2021

BRUNA CRISTINA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
YASMIM MAYUMI HAYASHI LAHUD

APAGAMENTO DA MULHER NA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO E USO DA LINGUAGEM NEUTRA COMO COMBATE À FORMA DE DOMINAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso de Letras do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de licenciatura.

Orientador: Prof. Me. Rafael de Almeida Felix

Ribeirão Preto
2021

BRUNA CRISTINA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
YASMIM MAYUMI HAYASHI LAHUD

APAGAMENTO DA MULHER NA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO E USO DA LINGUAGEM NEUTRA COMO COMBATE À FORMA DE DOMINAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso de Letras do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de licenciatura.

Data de aprovação:03/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rafael de Almeida Felix
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. Erika Chiarello Andrade
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. Michel Luis da Cruz Ramos Leandro
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

A648

Apagamento da mulher na língua portuguesa: uma discussão acerca do masculino como gênero neutro e o uso da linguagem neutra como combate à forma de dominação/ Bruna Cristina dos Santos de Oliveira; Yasmim Mayumi Hayashi Lahud - Ribeirão Preto, 2021.

55p.il

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Letras do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Rafael de Almeida Félix

1. Gênero gramatical 2. Gênero social 3. Sexismo gramatical I. Oliveira, Bruna Cristina dos Santos de II. Lahud, Yasmim Mayumi Hayashi III. Felix, Rafael de Almeida IV. Apagamento da mulher na língua portuguesa

CDU 81’42

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB8 9878

Dedicamos este projeto a todas as pessoas que não se sentem representadas em sua própria língua.

AGRADECIMENTO

Realizar um trabalho de conclusão de durante uma pandemia dificulta um projeto que já é complexo e desafiador. Felizmente, contamos com a ajuda de pessoas maravilhosas ao longo do caminho e gostaríamos de agradecê-las sinceramente neste espaço.

Obrigada aos professores do curso de Letras do Centro Universitário Barão de Mauá (2018-2021) que nos ensinaram muito além do que as matérias previstas na grade curricular, em especial ao nosso orientador, Rafael de Almeida Arruda Felix, por toda a ajuda, compreensão e apoio que fizeram este projeto extrair o melhor de todo seu potencial.

Obrigada também às nossas famílias, que permitiram o nosso crescimento e ingresso em um curso superior que abriu portas para o nosso futuro.

“A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.”

(**Simone de Beauvoir, 1949**)

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso mostramos como a construção da língua portuguesa privilegiou a presença masculina, o que originou o uso do gênero masculino social como gênero neutro gramatical. Esse uso apaga de diversas formas a presença das mulheres na língua, e trabalharemos esse apagamento neste projeto, além da reflexão de propostas para uma linguagem mais inclusiva. Tivemos como referência e inspiração mulheres excepcionais como Simone de Beauvoir, que por meio de sua obra “O Segundo Sexo”, se tornou um símbolo mundial do pensamento filosófico feminista, Judith Butler, uma das principais teóricas contemporâneas sobre feminismo e para a análise de conteúdo, utilizamos a concepção de linguagem de Eni P. Orlandi, autora de Análise do Discurso.

Palavras-chave: Gênero gramatical. Gênero social. Sexismo gramatical. Linguagem inclusiva. Masculino genérico.

ABSTRACT

For this project, we show how the construction of the Portuguese language favored the male presence, which gave rise to the use of the social male gender as grammatical neutral gender. This use erases the presence of women in the language in different ways, and we will work on this erasure in this project, in addition to reflecting on proposals for a more inclusive language. We had as reference and inspiration exceptional women like Simone de Beauvoir, who through her work “The Second Sex”, became a worldwide symbol of feminist philosophical thought, Judith Butler, one of the main contemporary theorists on feminism and for content analysis, we used the language concept of Eni P. Orlandi, author of Discourse Analysis.

Keywords: Grammatical gender. Social gender. Grammatical sexism. Inclusive language. Generic masculine.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER NA SOCIEDADE 15
3 GENÊRO GRAMATICAL E GÊNERO SOCIAL 19
4 USO DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO NA LÍNGUA PORTUGUESA 26
5 IMPACTO DO USO DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO NA REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES 30
6 ANÁLISE DE DISCURSO: CONCEITO DE LÍNGUA 36
7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 40
8 ANÁLISE DE DADOS 42
9 DISCUSSÃO: COMO PODEMOS ADOTAR UMA LINGUAGEM MAIS INCLUSIVA 49
10 CONCLUSÃO 52
REFERÊNCIAS 54

1 INTRODUÇÃO

Em *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1949), a autora afirma que ser mulher não é nascer como um determinado sexo, mas ser definida como um ser frágil, submisso, apagado, marginalizado, que sempre foi historicamente dependente dos homens. Ou seja, o gênero mulher é um efeito discursivo, assim como todos os outros gêneros, como também aponta Judith Butler em *Problemas de Gênero:*

> O gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que "humaniza" os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero (BUTLER, 1990, p. 241).

Logo, percebe-se a necessidade de olhar para a língua, ferramenta social de maior impacto, levando em consideração esse contexto. Entretanto, não existe nenhum fato puramente biológico que explique a desigualdade entre homens e mulheres. Essa desigualdade foi histórica e ideologicamente construída, e a língua é um instrumento que mantém essa relação de poder benéfica aos homens em detrimento das mulheres. Eni. P. Orlandi mostra em Análise de Discurso (2001) que não existe neutralidade na língua, pois "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 2001, p. 15), logo, os discursos não são arbitrários, mesmo quando existe a intenção de serem neutros. A partir dessa premissa, é possível afirmar que a própria escolha do homem como representante da raça humana não foi aleatória, mas com o intuito de reforçar sua posição de poder: como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na "comunicação" (ORLANDI, 2001, p. 37).

Na própria obra Análise de Discurso, a professora Eni P. Orlandi (2001) apenas se refere aos seres humanos utilizando o gênero masculino social, como: "Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história." (ORLANDI, 2001, p. 13). Essa escolha é compreensível uma vez que a história, assim como a gramática, foi construída e contada por homens que detinham as posições de poder, consequentemente definindo as mulheres apenas pelos seus pontos de vista, na língua portuguesa, assim como em outras línguas como o espanhol e o francês:

> O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designarmos os seres humanos [...] A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1949, p. 12).

O uso do gênero masculino social como gênero neutro gramatical apenas reproduz uma ilusão que essa representação é neutra em uma sociedade dominada por homens.

> Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem a mim: “Você pensa assim porque é uma mulher.” Mas eu sabia que minha única defesa era responder “Penso-o porque é verdadeiro”, eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar “E você pensa o contrário porque é um homem”, pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada (BEAUVOIR, 1949, p.12).

A verdade é que os dois sexos nunca compartilharam plenamente a igualdade, os homens sempre tiveram salários mais altos, mais oportunidades, mais representatividade em posições de liderança no mercado de trabalho, enquanto as mulheres só conseguiram atuar além dos seus papéis de mães e esposas após o início das Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945), pois os homens estavam na guerra. Devido ao passado, mesmo hoje, uma sociedade em que as mulheres começam a conquistar seus próprios espaços e lutar pelas causas feministas, elas ainda tentam se emancipar em um mundo dominado por homens.

O uso do masculino como gênero não marcado não está relacionado às questões de natureza científica, mas sim às relações de poder do homem sob a mulher que acompanham os tempos. Como afirma Caldas e Coulthard, as subculturas masculinas e femininas não podem ser desvinculadas de relações de poder:

> Formula a questão num caminho semelhante, voltando à atenção às relações entre os gêneros e o uso do masculino genérico: Uma análise que ignore as dimensões de domínio e subordinação tem pouco poder explanatório. Por outro lado, dimensões culturais irão sempre determinar o uso linguístico. As subculturas femininas e masculinas não são divorciadas de estruturas de poder (CALDAS-COULTHARD, 2007, p.379)

No período colonial, a Igreja dominava o ensino que foi ministrado por diferentes ordens religiosas, surgindo assim, os primeiros colégios que se

destinavam à catequese e a formação da elite branca e masculina no Brasil. Era evidente que as mulheres eram excluídas do sistema de ensino da época (com algumas exceções, como as mulheres que se dedicavam ao convento e a vida religiosa) estavam destinadas ao casamento, trabalhos domésticos, orações e afazeres do lar. Somente em 1775, com Marquês de Pombal, as mulheres começaram a ter acesso à educação. O governo português determinou que houvesse duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, e assim surgiu um novo campo de trabalho para as mulheres: o magistério. Só eram permitidas que professoras lecionassem nas escolas para meninas.

Segundo Corbett (1991), estudos apontam que o pronome masculino não funciona como genérico, mas sim, regularmente, leva o ouvinte a uma interpretação masculina do referente. Lembrando que apesar da pesquisa de Corbett ter sido realizada em língua inglesa, os resultados poderiam indicar a mesma conclusão em outras línguas, portanto é possível afirmar que o mesmo efeito seja esperado na língua portuguesa que também se utiliza do masculino como gênero não marcado.

> A questão, então, é se o uso realmente funciona: se os ouvintes entendem o pronome [*he*] genericamente. As evidências experimentais sugerem que não. Por exemplo, MacKay e Fulkerson (1979) mostraram que o uso do *he* genérico frequentemente induz a uma interpretação masculina de antecedentes como *student*, *dancer* e *musician* (CORBETT, 1991, p.221).

Outro problema a ser abordado, e talvez este seja o mais importante, é de que essa classificação visa apenas à forma e desconsidera a sua função. Não há justificativa além da constatação de que o gênero masculino é aquele usado para denotar gênero humano, nem explicação de quais os meios utilizados para chegar a essa abordagem, o que mais uma vez nos remete às relações de poder na sociedade.

> Um critério para rotular uma variante como não marcada é precisamente que a variante em questão pode ser usada genericamente, isto é, de uma maneira que abranja variantes marcadas. No caso do gênero em inglês isto é circular: o masculino é genérico porque é não marcado, mas é não marcado porque é genérico! Não se vai mais longe do que isso com este argumento (CAMERON, 1985, p. 24).

Porém, não são apenas as mulheres que não são representadas na língua portuguesa, e mesmo quando nos referimos a categoria “mulheres”, ainda não estamos sendo totalmente inclusivos.

> Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é, o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque os gêneros estabelecem interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 1990, p.21).

Há outras performatividades de gênero que não se encaixam na binaridade masculino e feminino, como pessoas não-binárias e intersexuais. Se o sistema gramatical binário se baseia no que a sociedade define como homem e mulher, majoritariamente na base das genitálias, intersexuais não podem ser definidos, por terem características biológicas que não se encaixam no padrão de sexo feminino ou sexo masculino. A divisão de pronomes gramaticais apenas como masculinos e femininos não consegue representar todas as pessoas, muito menos atender suas necessidades.

> Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo [...] o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem particípios de vários, categorias ressignificáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero (BUTLER, 1990, p. 195).

A opressão às mulheres não atua de forma única e singular, como aborda a teoria da interseccionalidade (estudo da sobreposição de identidades sociais relacionados à opressão e desigualdade). Enquanto as mulheres brancas lutam por salários mais justos, as mulheres negras lutam para serem inseridas no mercado de trabalho. As mulheres transexuais muitas vezes sequer são reconhecidas como mulheres e precisam sobreviver no país que mais mata transexuais no mundo.

> a categoria das “mulheres” [é] normativa e excludente, invocada enquanto as dimensões não marcadas do privilégio de classe e de raça permanecem intactas. Em outras palavras, a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das “mulheres” (BUTLER, 1990, p. 39).

Ou seja, todos esses exemplos mostram como a língua portuguesa pode ser utilizada de uma maneira diferente, que seja mais inclusiva para as mulheres e outras identidades de gênero. Vale lembrar que “Reconhecer um ser humano na mulher não é empobrecer a experiência do homem [...] é somente pedir que as condutas, os sentimentos, as paixões assentem na verdade”. (BEAUVOIR, 1949, p. 337). Logo, recusar o masculino como gênero neutro não significa diminuir a representação do homem na língua portuguesa, e sim colocar todos os gêneros em posições iguais, ao representar fielmente a nossa sociedade. Ao tornar a língua mais inclusiva, beneficiamos não apenas as mulheres ou pessoas não-binárias, mas beneficiamos também os homens, pois:

> [...] na realidade, é o código masculino, é a sociedade elaborada pelos homens em obediência a seu interesse, quem definiu a condição feminina sob uma forma que é, presentemente, uma fonte de tormentos para ambos os sexos. [...] A mulher pesa tão fortemente ao homem porque foi proibida de se apoiar em si mesma: ele se libertará libertando-a, isto é, dando a ela alguma coisa que fazer neste mundo (BEAUVOIR, 1949, p. 276).

O fato é que as mulheres têm percorrido um grande caminho para serem reconhecidas nos diferentes âmbitos da sociedade, e considerando que a linguagem é uma das mais importantes manifestações de cultura de um povo, a gramática e as práticas discursivas devem ser analisadas atentamente a fim de garantir a visibilidade da mulher também no campo científico da língua portuguesa. Portanto, este trabalho procura levantar uma reflexão sobre o caráter de subordinação que o uso do masculino como gênero não marcado ressalta fazendo do homem um padrão ou modelo a ser seguido e as consequências da gramática definida pelo ponto de vista masculino, em uma sociedade que não se sente representada em sua própria língua.

Este trabalho de conclusão de curso está organizando da seguinte forma: O capítulo 2 traz um breve contexto histórico do papel desempenhado pela mulher na sociedade. No capítulo 3 são apresentadas as definições de gênero gramatical e gênero social e como essas relações se dão na língua portuguesa. O capítulo 4 mostra como o uso do masculino como gênero neutro não foi uma escolha puramente arbitrária e impacta discursos até hoje, é dado um recorte especial a esse impacto na representação das mulheres no capítulo 5. O capítulo 6 traz uma breve explicação dos principais conceitos da Análise de Discurso, que foi utilizado

para definir o conceito de linguagem disposto no trabalho. No capítulo 7 são indicados os procedimentos metodológicos usados para a construção do projeto, que apoiam a análise dados no capítulo 8. Por fim, no capítulo 9 uma reflexão sobre como a linguagem poderia ser mais inclusiva, finalizando com as considerações finais no capítulo 10.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER NA SOCIEDADE

Na história da raça humana, “a sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 105). Quando duas tribos decidiam se unir, as mulheres eram os bens, os instrumentos de troca: ao ser oferecida em um casamento, seu próprio sobrenome mudava para se adequar ao da nova família que a possuía, pois:

> ela se encontra sempre sob a tutela dos homens; a única questão consiste em saber se após o casamento ela fica sujeita à autoridade do pai ou do irmão mais velho - autoridade que se estenderá também aos filhos - ou se ela se submete, a partir de então, à autoridade do marido. Em todo caso: “A mulher não é nunca senão o símbolo de sua linguagem… A filiação matrilinear é a mão do pai ou do irmão da mulher, que se estende até a aldeia do irmão.” Ela é apenas a mediadora do direito, não a detentora (BEAUVOIR, 1970, p. 105-106).

As relações de poder sempre beneficiaram os homens, mesmo no período Paleolítico (por volta de 100.000 a 10.000 a.C.) em que as mulheres eram consideradas deusas, parte da natureza, a mulher sempre foi o Outro, nunca uma semelhante, “era além do reino humano que seu domínio se afirmava: estava, portanto, fora desse reino” (BEAUVOIR, 1970, p.105).

O fato de o gênero masculino ter sido escolhido para representar os seres humanos e o gênero feminino ser o “gênero marcado”, o outro gênero que não pode representar nossa raça, é apenas uma consequência de uma história que nunca viu a mulher como semelhante aos homens.

> Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas (ORLANDI, 2001, p. 78).

As mulheres não tiveram grande participação na criação de suas próprias leis, sua própria linguagem, todas as palavras femininas foram criadas sob um ponto de vista masculino, a gramática definiu o uso do gênero feminino sob a perspectiva de poder dos homens. Nas famílias, por exemplo, os primogênitos sempre são homens, mesmo que uma mulher seja a filha mais velha. A mulher não tem o direito de representar a família, de ter prioridade, de carregar sua herança. Os homens são os únicos merecedores de serem primogênitos, os homens são os únicos que podem representar a raça humana, ser o gênero neutro.

Ao analisar o contexto sócio-histórico-cultural da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), nota-se que as mulheres não estão sendo incluídas, uma vez que elas nem sequer possuíam o direito de pertencerem a si mesmas, e não a um marido, irmão ou um pai. Se fosse o caso de as mulheres estarem incluídas quando falamos de direitos e igualdade, não teria sido necessária toda a luta feminista que permitiu a emancipação das mulheres em direitos básicos como o divórcio, voto, aborto, que ainda nem sequer foram conquistados plenamente em todo o mundo.

> Outros afirmam com arrogância sua superioridade de machos: votar é uma obrigação, não um direito, as mulheres não são dignas desse dever. São menos inteligentes e menos instruídas que os homens. Se votassem, os homens se tornariam efeminados. Não têm educação política, votariam em obediência ao marido. [...] foi preciso esperar até 1945 para que a francesa conquistasse todas as suas capacidades políticas. [...] A Inglaterra vitoriana restringia imperiosamente a mulher ao lar; Jane Austen escondia-se para escrever. Era preciso muita coragem e destino excepcional para tornar-se George Eliot ou Emily Brontë (BEAUVOIR, 1970, p. 178).

A partir do momento que as mulheres não se sentem representadas e escutadas em sua própria língua, sua luta se torna mais desafiadora e desgastante. Não é à toa que para extinguir uma cultura, a língua e a literatura são as primeiras a serem atacadas. Queimar livros, proibir que as pessoas leiam, todos esses atos são considerados horrendos e gravíssimos, vistos em ditaduras. Ora, se as mulheres não podiam escrever, ler, ter educação, porque elas eram dignas apenas das tarefas do lar, é justo afirmar que as mulheres viveram uma ditadura durante toda a história da humanidade. Portanto, ao deixar de representar as mulheres na língua, silencia-se a existência dessas mulheres com o que não está sendo dito:

> silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo “sem medo” não digo “com coragem”) e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba mas porque não se pode dizê-lo). As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc (ORLANDI, 2001, p. 81).

Obrigar as pessoas a sempre falarem no masculino, mesmo quando há mulheres, mesmo quando elas são a maioria, é uma forma de apagar existências que não se encaixam no masculino, portanto, se torna uma manutenção da

dominação patriarcal. Como explica a professora Eni. P. Orlandi, não-ditos também significam, logo, não falar no feminino quando as mulheres são a maioria também é um significado.

> De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam. [...] há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam (ORLANDI, 2001, p. 81).

É inegável que a língua não é apenas uma forma de transmitir informações, ela também atua diretamente na forma como enxergamos o mundo e atuamos nele. O Dr. Keith Chen (2013) em sua pesquisa sobre como a língua afeta o comportamento financeiro das pessoas, apontou que falantes de um idioma que utilizam a mesma conjugação verbal para sentenças no presente e no futuro costumam economizar mais, como na língua chinesa e na alemã. Ao falar e, consequentemente, pensar sobre o presente e o futuro da mesma maneira, o cérebro é estimulado a pensar nos dois tempos com o mesmo grau de importância.

Em uma comunidade que utiliza tempos verbais diferentes para o presente e o futuro, há uma forte tendência em apresentar dificuldade em economizar, porque o presente e o futuro parecem coisas totalmente separadas, como na frase frequentemente utilizada “esse é um problema para o eu do futuro”.

A partir do momento em que a língua não valoriza a presença das mulheres e afirma que elas nunca terão mais valor que um único homem, independentemente da situação, é natural que essa regra também influencie e alimente uma cultura sexista. Beauvoir mostra como essa cultura faz com que as mulheres desejam trocar de sexo, não necessariamente porque se identificam com o gênero masculino, mas porque não querem sofrer como as mulheres.

> Segundo as estatísticas de Havelock Ellis, um menino em cem desejaria ser menina; mais de 75% das meninas gostariam de trocar de sexo. Segundo um inquérito de Karl Pipal (citado por Baudouin em L'Âme enfantine) em 20 meninos de 12 a 14 anos, 18 disseram que prefeririam tudo a ser meninas; em 22 meninas, 19 gostariam de ser meninos, e davam as seguintes razões para justificá-lo: "Os homens não sofrem como as mulheres...Minha mãe gostaria mais de mim...O trabalho do homem é mais interessante...Um homem tem mais capacidade para o estudo... Eu me divertiria amedrontando as meninas... Não teria mais medo dos meninos...Eles são mais livres...Os jogos dos meninos são mais divertidos...Eles não são embaraçados pelas roupas..." (BEAUVOIR, 1970, p. 42).

Ao analisar um breve recorte da construção do gênero feminino na sociedade, é possível notar a importância de repensar o papel das mulheres na língua portuguesa, ou melhor: como ele vem sendo representado na história da língua.

No próximo capítulo, apresentaremos definições e discussões acerca do gênero gramatical e do gênero social buscando verificar como o gênero gramatical se dá na língua portuguesa por meio da gramática normativa e como sua utilização sofre influências dos gêneros sociais dos seres humanos.

3 GENÊRO GRAMATICAL E GÊNERO SOCIAL

A língua portuguesa apresenta dois gêneros, o masculino e o feminino. Os substantivos em que se pode antepor o artigo “o”, são masculinos, como o menino, o advogado, o médico, e os femininos são aqueles em que se pode antepor o artigo “a”, como a menina, a advogada e a médica. A desinência "-a" marca o gênero feminino. Entretanto, "-o" não constitui a marca de masculino.

> Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção genérica pela flexão (menino/menina, mestre/mestra, gato/gata), a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos. [...] A inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas [...]. Assim é que, para nós, o sol é masculino e, para os alemães, é feminino. (BECHARA, 1999)

Apesar da arbitrariedade do gênero gramatical, ainda há a influência do gênero social masculino nessa concepção. Substantivos terminados com “o”, como médico, empresário, engenheiro, advogado, e substantivos terminados com “e”, como presidente e mestre, carregam uma imagem masculina, mesmo que essa não seja a intenção da gramática.

A presença cada vez maior de mulheres nas profissões que antes eram exclusivas para homens, por exemplo, exigiu que as línguas, não apenas o português, adaptassem seu sistema gramatical para adotar palavras como médica, presidenta e advogada (BECHARA, 1999). Na língua inglesa temos a adaptação de palavras como *fireman, policeman* e *chairman* para *firefighter, policeofficer* e *chairperson.*

O conceito de gênero como categoria gramatical da língua portuguesa é originado de uma visão ocidentalizada pela tradição gramatical greco-latina, como aponta Danniel da Silva Carvalho em A Domesticação da Gramática de Gênero.

> O que se consagrou como marcas de gênero gramatical nas línguas indo-europeias foi o reflexo dos corpos cujas vozes eram audíveis, ou quase (em se tratando do feminino), enquanto os novos corpos contemporâneos não cabem mais no espelho ocidentalizado materializado na gramática de gênero (CARVALHO, 2021, p. 11).

É muito comum as pessoas confundirem o conceito de orientação sexual e identidade de gênero. A primeira está diretamente relacionada a forma como as pessoas se relacionam afetivamente e sexualmente com outras pessoas, enquanto

a identidade de gênero refere-se a como a pessoa se sente pertencente no mundo e se identifica socialmente. A palavra “gênero” pode ser usada para muitos conceitos, como o gênero social (homens, mulheres, pessoas não-binárias, intersexuais), categoria linguística (gênero gramatical), além de ser frequentemente confundida com o sexo biológico (órgão sexual). Para entender o conceito de gênero como categoria linguística, é preciso entender a tradição gramatical concebida pela herança da antiguidade clássica.

A língua grega possuía três formas de gênero: masculino e feminino para seres animados e neutro para os inanimados. Essa divisão feita por Protágoras é ressignificada por Aristóteles, que localiza o gênero neutro entre o gênero feminino e masculino. Porém, Dionísio o Trácio é quem consagra a distinção gramatical dos gêneros, *arsenikón* (masculino), *thelykón* (feminino) e *oudeteron* (neutro), associando o neutro a um valor pejorativo. A divisão biológica e arbitrária dos gêneros é defendida pelos escolásticos, como Thomas de Erfurt, que afirma:

> [o] gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do agente, como *vir* (‘homem’), *lapis* (‘rochedo’). O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como *petra* (‘rocha’), *mulier* (‘mulher’). O gênero comum é o modo de significar a coisa de acordo com qualquer uma das (duas) propriedades determinadas, como *homo* (‘humano’), *virgo* (‘virgem’) (ERFURT, 2019, p. 171-172).

Essas relações entre o masculino como representante de valores fortes (agente, rochedo), mulheres de valores frágeis (paciente, rocha) é trazido pela tradição gramatical até os dias atuais. Entretanto, a classificação binária de gênero não está mais atualizada, visto que temos pessoas não-binárias, *gender fluid*, agênero, entre outros. A partir do momento que notamos a pluralidade dos gêneros:

> podemos, e devemos, reclamar a mesma diversidade no que tange à inflexibilidade exarada pela autoridade das *personae* gramaticais, quaisquer que sejam. Devemos indagar ao linguista e ao gramático, ao descritivista ou ao prescritivista, o porquê da preservação de uma instituição que, se algum dia nos representou, não o faz mais, pelo menos de forma eficaz (CARVALHO, 2021, p. 55).

Ao falarem de crianças, é possível notar que a dicotomia entre meninos e meninas se dá, principalmente, por fatores sociais e não biológicos. Os pais e familiares desde o início com a escolha do enxoval e brinquedos já determinam o

que é de menina e menino. Mesmo nos apelidos e elogios dos bebês, notamos um caráter submisso quando voltado para as meninas: enquanto para os meninos temos “como você é forte” ou “vai ser o garanhão da família” para meninas temos “menina linda”, “ela é muito boazinha” ou “como ela cuida bem das bonecas”.

> É na família que se inicia a “domesticação” de meninas e meninos, e assim vão sendo desenhados os papéis do que é ser homem ou mulher, nomeados a partir de supostas diferenças biológicas. Assim, determinam um lugar como referência, na cultura hegemônica patriarcal, que cria relações materiais e representações simbólicas do lugar do homem e da mulher na sociedade, imputando posições que estes devem assumir de acordo com o sexo, afirmando a suposta “diferença natural” para estabelecer atribuições e deveres, consideradas “femininas ou masculinas” (MORENO, 1984, p.14)

Visto que a classificação de gênero na gramática não é arbitrária, uma vez que ela carrega significados sociais que diminuem as mulheres e colocam os homens em posições de poder, não parece fazer sentido afirmar que há neutralidade do gênero masculino como gênero neutro.

Na língua portuguesa, o masculino, ou gênero não marcado, é uma regra gramatical que se aplica, não só a pessoas, mas a coisas, bichos, entidades, entre outros. A concordância de artigos e adjetivos, também ocorre no masculino como gênero. Abaixo, alguns exemplos desse uso:

(1) O garoto e a garota corriam animados.

(2) Os homens de poucas palavras são os melhores.

(3) Os maiores consumidores de produtos cosméticos do mundo são os brasileiros.

O exemplo (3) explicita que mesmo que os maiores consumidores de produtos cosméticos sejam as mulheres brasileiras, ainda assim é necessário usar o gênero masculino, porque também existem homens que compram esses produtos. É comum escutar em salas de aula que mesmo que um local tenha 99 mulheres, e apenas um homem, é preciso falar “boa noite a todos”, no masculino, devido a regra gramatical.

A essa regra é atribuído um caráter de naturalidade pelo fato de que outras línguas também utilizam o masculino como gênero neutro, como o espanhol. Porém, qualquer discurso é constituído de sentidos porque o sujeito está inscrito em uma formação discursiva, e “os sentidos sempre são determinados ideologicamente” (ORLANDI, 2001, p.41). O fato do uso do gênero masculino ter mais valor na

gramática é uma escolha ideológica, uma forma de dominação. Como afirma Orlandi (2001),

> Se levamos em conta, como na Análise de Discurso, a ideologia, somos capazes de apreender de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder (ORLANDI, 2001, p. 50).

Entretanto, ainda existem linguistas que se apoiam na ilusão da gramática ser totalmente arbitrária para justificar o uso do gênero como não marcado. Borges (2013), por exemplo, afirma que

> há dois tipos de nomes em português – os que “marcam” artigos e adjetivos e os que não marcam. [...] O fato de que os nomes “marcantes” sejam chamados de femininos (e que os “não marcantes” sejam chamados de masculinos) é apenas uma questão de escolhas terminológicas feitas em outras épocas e lugares, a partir de outra teoria das línguas, arbitrariamente e sem qualquer respaldo da realidade (BORGES, 2013, p.11).

O problema é que há exceções quanto ao uso do masculino para indicar gênero humano. A notícia abaixo do jornal Bem Paraná, é um exemplo clássico de como há exceções quanto ao uso do masculino para indicar gênero humano e que dependendo do contexto, é o feminino que cumpre essa função.

(4) “Surpresa: médicos e enfermeiras de hospital em Curitiba recebem ovos de páscoa. [...] A Mondelēz Brasil, dona de marcas como Lacta, Oreo, Trident, Tang, entre outras, entregou dois mil ovos de Páscoa aos profissionais de saúde do hospital [...]”.

Podemos observar que *médicos* e *enfermeiras* representam todos os funcionários dessa categoria entre os dois mil profissionais que receberam os ovos de páscoa, mas por que houve o uso do masculino como gênero neutro em *médicos*, mas não em *enfermeiras*? É comum referir-se a médicos no masculino, mas quando falamos de enfermagem temos “enfermeiras”. Deve-se atentar ao fato de que são profissões estereotipadas que identificam a mulher como serviçal, e que geralmente carregam menor status social (enfermeira/médico, diarista/patrão).

Nesse contexto, é possível analisar o caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, que ao solicitar ser chamada de "presidenta" ao invés de "presidente", sofreu diversos ataques não apenas pessoais, mas que atacavam diretamente seu gênero (feminino).

Ou seja, nas poucas situações que as mulheres têm representatividade na língua portuguesa, elas estão carregadas de preconceitos e pejoratividade. Em muitos xingamentos, por exemplo, mesmo quando a ofensa é dirigida para um homem, ainda assim ofendemos a mulher: filho da puta (filho de uma mulher promíscua, "rodada") como se o simples fato de uma mulher ser puta, significasse que ela não merece respeito. Isso ocorre porque a mulher é definida por meio do ponto de vista masculino, como aponta Beauvoir (1949):

> Quando uma menina sobe uma árvore é, a seu ver, para igualar-se aos meninos: não imagina que subir numa árvore lhe agrade [...] É porque do ponto de vista dos homens - e é o que adotam os psicanalistas de ambos os sexos - consideram-se femininas as condutas de alienação, e viris aquelas em que o sujeito afirma sua transcendência. [...] é particularmente entre os psicanalistas que o homem é definido como ser humano e mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho (BEAUVOIR, 1949, p. 81).

Em 1990, a linguista estadunidense Robin Lakoff declara que "*Language is powerful; language is power*"[1], portanto, quem domina a língua e a relação discursiva detém o poder. É inegável que como os homens fizeram e estabeleceram as leis na história, consequentemente favoreceram seu próprio sexo, inclusive, na gramática.

As primeiras gramáticas da língua portuguesa foram escritas por homens (Fernão de Oliveira, 1563, João de Barros, 1540), e diversos gramáticos defendem o uso do masculino como gênero neutro pelo respeito a norma-padrão, mas é preciso refletir que a norma-padrão foi criada para beneficiar os homens.

> Como diríamos então? Dever-se-ia dizer "abertos", segundo a Gramática Latina, que usa desta maneira, por uma razão que parece ser comum a todas as línguas, que o gênero masculino, sendo o mais nobre, deve predominar todas as vezes que o masculino e o feminino se encontrarem juntos (VAUGELAS, 1647, p. 83).

O gênero masculino é "o mais nobre" para Vaugelas (1647) porque durante toda a história, as pessoas que detinham posições sociais de prestígio eram homens, suas falas e escritas eram consideradas elevadas, nobres, cultas. Além disso, as mulheres não eram consideradas inteligentes, não tinham acesso à educação, não eram incentivadas a desbravarem o mundo e serem revolucionárias.

[1] Em tradução livre: A Linguagem é poderosa; a linguagem é poder.

No período colonial, a educação no Brasil era restrita apenas aos homens, enquanto para as mulheres, restavam os afazeres do lar e dos filhos. Somente em meados do século XIX as mulheres começaram a ter acesso à educação e, ainda assim, somente a parcela pertencente à elite. Graça Abranches (2011) também contesta que o uso do masculino como gênero não marcado, não está relacionado às questões de natureza científica, mas sim às relações de poder do homem sob a mulher que acompanham os tempos.

Outro problema a ser abordado, e talvez este seja o mais importante, é de que essa classificação visa apenas à forma e desconsidera a sua função. Não há justificativa além da constatação de que o gênero masculino é aquele usado para denotar gênero humano, nem explicação de quais os meios utilizados para chegar a essa abordagem, o que mais uma vez nos remete às relações de poder na sociedade. Cameron (1985) esclarece que:

> Um critério para rotular uma variante como não marcada é precisamente que a variante em questão pode ser usada genericamente, isto é, de uma maneira que abranja variantes marcadas. No caso do gênero em inglês isto é circular: o masculino é genérico porque é não marcado, mas é não marcado porque é genérico! Não se vai mais longe do que isso com este argumento (CAMERON, 1985, p. 24).

Caldas Coulthard também enfatiza que os aspectos socioculturais impactam o uso linguístico e os gêneros sociais masculinos e femininos estão ligados às relações de poder.

> Formula a questão num caminho semelhante, voltando à atenção às relações entre os gêneros e o uso do masculino genérico: Uma análise que ignore as dimensões de domínio e subordinação tem pouco poder explanatório. Por outro lado, dimensões culturais irão sempre determinar o uso linguístico. As subculturas femininas e masculinas não são divorciadas de estruturas de poder (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 379).

As mulheres têm percorrido um caminho extenso e árduo para serem reconhecidas nos âmbitos da sociedade, e o fato é que a linguagem é uma das mais importantes manifestações de cultura de um povo. Se apenas os homens são merecedores de serem os representantes da raça humana, se apenas eles são os cientistas, os consumidores, como podemos dizer que a língua representa as mulheres e qualquer existência que fuja do masculino, e como é possível afirmar que essa é uma escolha justa?

> Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! [...] Todos os acontecimentos importantes ocorrem através dos homens. A realidade confirma esses romances e essas lendas. Se a menina lê os jornais, se ouve a conversa dos adultos, constata que hoje, como outrora, os homens dirigem o mundo. Os chefes de Estado, os generais, os exploradores, os músicos, os pintores que ela admira são homens; são homens que fazem seu coração bater de entusiasmo (BEAUVOIR, 1949, p. 34).

Apesar da diferença de gênero como classe social e classe gramatical, não é “a língua [...] que machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar” (HOOKS, 2017, p. 224). A gramática não é opressiva, entretanto, ela pode ser usada como um instrumento para a manutenção da opressão e silenciamento.

Para garantir a visibilidade da mulher na língua portuguesa, é necessário analisar a gramática e as práticas discursivas atentamente, de forma que seja possível refletir sobre a construção de uma linguagem inclusiva, que adote um gênero gramatical verdadeiramente neutro, e não apenas masculino.

No próximo capítulo abordaremos como se dá o uso do masculino como gênero neutro na língua portuguesa.

4 USO DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO NA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua e consequentemente a gramática possuem estruturas linguísticas para representarem seus falantes, como os pronomes e gêneros gramaticais. O Brasil é um país extremamente heterogêneo, logo, apresenta vários tipos de “ser”, ou seja, uma diversidade de gêneros, etnias e sexualidades. Assim como há vários tipos de “ser”, consequentemente, também temos diversas formas de falar.

Entretanto, a norma-padrão como está estabelecida hoje não representa todos esses “seres” (falantes da língua portuguesa). Como apontado no capítulo 3, a definição de gênero masculino como o gênero não marcado é baseada em uma herança ocidental, indo-europeu e greco-latino. Carvalho (2021) afirma que:

> O controle colonial sobre o pensar gramatical é o que nos faz acreditar, por exemplo, que a distribuição das categorias nominais, como gênero, obedece a uma tradição sexuada binária. Posso ousar afirmar, portanto, que o binarismo e, sobretudo, o patriarcado, definiram sobremaneira os valores categoriais atribuídos ao gênero gramatical (CARVALHO, 2021, p. 74).

O discurso religioso também foi responsável pela manutenção do masculino como gênero representante da raça humana, uma vez que ele foi incorporado historicamente ao discurso hegemônico que fundamentou as estruturas linguísticas, como aponta Carvalho (2021):

> A ideia de uma língua original remete, mais uma vez, ao mito bíblico edênico que, sem nenhuma coincidência, dá-nos o lugar exato do imaginário de gênero que discuto neste livro. O paraíso era habitado apenas por Adão e Eva, um homem e uma mulher, e deles é fruto tudo o que conhecemos como produto do homem na Terra. Essa relação entre a completude dicotômica entre o masculino e o feminino (Eva se originou da castelã de Adão (GÊNESIS 2:22)) e da superioridade do masculino ao feminino “mas para o homem não se achava ajudadora idônea [...] esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada (GÊNEISS 2:20—23). (CARVALHO, 2021, p. 46).

Como mostra a Análise de Discurso de linha francesa, mesmo quando um discurso tem a intenção de ser neutro, ele não o é, pelo fato de que um texto exige a existência de um indivíduo, e esse indivíduo está repleto de ideologias. Ou seja, os gramáticos que definiram e ainda definem o gênero masculino como gênero neutro

na língua portuguesa, beneficiaram sua própria classe, mesmo que essa não tenha sido suas intenções originais. A respeito disso, Beauvoir (1970) atesta que:

> Na época em que o gênero humano se eleva até a redação escrita de suas mitologias e de suas leis, o patriarcado se acha definitivamente estabelecido: são os homens que compõem os códigos. É natural que dêem à mulher uma situação subordinada (BEAUVOIR, 1970, p. 116).

Assim, ao defenderem a manutenção do masculino como gênero não marcado, esses mesmos gramáticos buscam manter sua relação de poder em relação às mulheres e outras identidades na língua portuguesa, ou simplesmente não conseguem imaginar um mundo em que os homens não dominem um instrumento de poder, como Wittig (1985) aponta:

> Segundo os gramáticos, a marca do gênero afeta os substantivos. É em termos de função que eles falam sobre isso. Se questionam seu significado, às vezes brincam, chamando o gênero de “sexo fictício” [...] no que concerne às categorias de pessoa, ambas as línguas [inglês e francês] são igualmente portadoras de gênero. Ambas abrem caminho a um conceito ontológico primitivo que impõe, na linguagem, uma divisão dos seres em sexos [...] Como conceito ontológico que lida com a natureza do Ser, juntamente com toda uma névoa de outros conceitos primitivos pertencentes à mesma linha de pensamento, o gênero parece pertencer primariamente à filosofia [pertencer àquele corpo de conceitos evidentes sem os quais os filósofos acham que não podem desenvolver uma linha sequer de raciocínio, e que são óbvias para eles, pois existem na natureza antes de todo pensamento, de toda ordem social] (WITTIG, 1985, p. 4).

Judith Butler também discorre sobre a temática do sexismo gramatical em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* quando afirma que:

> somente o gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma pessoalidade universal que transcende o corpo [...] As mulheres são o sexo que não é “uno”. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas (BUTLER, 1990, p. 31).

Atualmente, apesar da discussão em torno da linguagem neutra ser cada vez mais crescente nas mídias sociais e em escolas do Brasil, muitos prescritivistas se recusam a estudar sobre a origem desse movimento ou a necessidade do surgimento de um outro gênero gramatical, o que prejudica não apenas as pessoas não-binárias que buscam por mais representação, mas também as mulheres que

nunca serão representadas de forma plena em uma língua masculinista. De acordo com Beauvoir (1970):

> Mas o período que atravessamos é um período de transição; este mundo que sempre pertenceu aos homens ainda continua nas mãos deles; as instituições e os valores da civilização patriarcal sobrevivem a si mesmos em grande parte. Os direitos abstratos ainda estão longe de ser integralmente reconhecidos em toda parte às mulheres. Na Suíça elas ainda não votam; na França, a lei de 1942 mantém, sob forma atenuada, as prerrogativas do marido. E os direitos abstratos, acabamos de dizê-lo, nunca bastaram para assegurar à mulher uma influência concreta sobre o mundo; entre os dois sexos não existe, ainda hoje, verdadeira igualdade (BEAUVOIR, 1970, p. 191).

Butler (1990) traz o exemplo de uma pesquisa do MIT no final de 1987 sobre o gene mestre que supostamente determina o sexo das pessoas. Dr. David Page e outros pesquisadores afirmaram que o gene mestre é constituído de uma sequência específica de DNA no cromossoma Y e ele seria a chave binária que causa as diferenças sexuais entre os sexos feminino e masculino. Entretanto, essa mesma sequência específica que seria a diferenciadora entre os homens (XY) e as mulheres (XX), e estaria contida apenas nos homens, segundo o Dr. David Page, também foi encontrada no cromossoma X das mulheres. Após essa descoberta, foi proposto que a sequência é ativa nos homens e passiva nas mulheres. Entretanto, os indivíduos utilizados na pesquisa de Page, quatro homens (XX) eram estéreis (não podem ter filhos), não dispunham de gametas (células sexuais que se fundem no processo de fecundação para gerar o zigoto, que origina o embrião), e tinham níveis baixíssimos de progesterona. As mulheres (XY) tinham ovários sem gametas, e todos foram classificados entre homens e mulheres devido a genitália externa.

Butler (1990) argumenta que não fica claro porque a genitália externa deveria ser a diferenciação de homens XX e mulheres XY, pois então não seria necessária uma pesquisa genética para identificar o gene mestre.

> Nota-se que Page e seus colegas misturam determinação de sexo com determinação masculina e de testículos [...] as geneticistas Eva Eicher e Linda. L. Washburn sugerem que a determinação de ovários nunca é considerada na literatura sobre determinação sexual, e que a feminilidade é sempre conceituada em termos de ausência do fator determinante masculino ou de presença passiva desse fator. Considerada ausente ou passiva, a feminilidade é por definição desqualificada como objeto de estudo. Mas Eicher e Washburn sugerem que ela é ativa, e que o preconceito cultural, um conjunto de pressuposições com marcas de gênero a respeito do sexo e do que pode validar uma pesquisa desse tipo, distorce e limita a pesquisa sobre determinação do sexo (BUTLER, 1990, p. 188).

Fica claro que o Dr. David Page deu prioridade ao princípio da masculinidade para guiar sua pesquisa, sem sequer considerar que uma sequência feminina poderia ser a resposta para a determinação sexual. O preconceito cultural sobre a relação binária entre machos e fêmeas guiam as pesquisas científicas, mesmo quando elas têm intenção de serem neutras, conforme cita Butler (1990, p.190) “a linguagem da biologia participa de outras linguagens, reproduzindo essa sedimentação cultural nos objetos que se propõe a descobrir e descrever de maneira neutra”.

O conceito de que as mulheres são naturalmente passivas e os homens ativos não é completamente aleatório, também é algo reforçado na língua, como na regra gramatical que determina o masculino como universal, e o gênero feminino como exceção, algo marcado. É inegável que todas as formas de dominação da sociedade, inclusive a linguagem, reforçam uma dominação masculina.

A seguir é exemplificado o impacto do uso do masculino como gênero neutro na língua portuguesa, principalmente na representação das mulheres.

5 IMPACTO DO USO DO MASCULINO COMO GÊNERO NEUTRO NA REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES

A problemática do gênero masculino social como gênero neutro gramatical também é conhecida como sexismo gramatical ou sexismo linguístico, uma forma de discriminação revelada, por exemplo, quando ao referir-se a um sujeito composto em uma oração gramatical, a norma-padrão da língua portuguesa obriga o gênero feminino a embutir-se ao termo masculino. Diversos gramáticos, como Possenti (2012), afirmam que as palavras consideradas masculinas são “sem gênero” e incluem as mulheres:

> Mas não parece bobagem falar de formas sem marca de gênero? Pensando bem, não: de fato, as palavras ditas masculinas não são marcadas. Por isso é que podemos dizer que “o circo tem dez leões”, mesmo que tenha cinco leões e cinco leoas, mas não podemos dizer, no mesmo caso, que ele tem dez leoas. Também é por isso que se pode dizer que “todos os homens nascem iguais em direitos”, e isso inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse “todas as mulheres nascem iguais em direitos” (POSSENTI, 2012).

De fato, os homens não se sentem representados em frases como “as mulheres nascem iguais em direitos”. Porém, também não é possível afirmar que em 1798, as mulheres foram representadas no artigo primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789). Na França, as mulheres conquistaram o direito do voto muito depois dos homens, e votaram pela primeira vez em 29 de abril de 1945 (França, 1945). No Brasil, por exemplo, a mulher só conquistou o direito ao voto em 1932 (Brasil, Decreto nº 21.076, 1932), e até então, não era considerada plenamente uma cidadã com direitos. Em sua afirmação, Possenti (2012) parece se esquecer que as mulheres não estavam incluídas, e elas precisavam lutar para serem escutadas. Olympe de Gouges, por exemplo, propôs em 1789 uma "Declaração dos Direitos da Mulher" simétrica à dos "Direitos do Homem" e na qual pediu que todos os privilégios masculinos fossem abolidos” (BEAUVOIR, 1949, p. 159).

Ao ler os livros de história e depararmos com estudos sobre as condições precárias de trabalho da classe proletária, é necessário fazer um recorte para falar

especificamente das condições de trabalho das mulheres, porque esse era mais um espaço em que elas não eram tratadas igualmente em relação aos homens.

> No princípio do século XIX a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo [...] Os patrões muitas vezes as preferem aos homens. "Trabalham melhor e mais barato." [...] Em 1831, as operárias da seda trabalhavam das três horas da manhã até a noite no verão, e no inverno das cinco horas até às onze da noite, ou seja, dezessete horas por dia, "em locais amiúde malsãos e onde não penetram nunca, diz Norbert Truquin, os raios do sol. Metade dessas moças tornam-se tuberculosas antes de terminar seu aprendizado. Quando se queixam, acusam-nas de fazerem fita". Além disso, os empregados abusavam das jovens operárias. "Para conseguir o que queriam valiam-se dos meios mais revoltantes, a necessidade e a fome", diz o autor anônimo de La Vérité sur les événements de Lyon (BEAUVOIR, 1949, p. 159).

Afirmar que ao falar “homens” as mulheres também são incluídas é uma ilusão, pois a igualdade entre os gêneros nunca foi plenamente conquistada, muito menos no âmbito gramatical da língua portuguesa.

> Mas, mesmo no tempo em que gozaram de um estatuto privilegiado, único no mundo antigo, não foram as mulheres socialmente iguais aos homens; associadas ao culto, ao governo, podiam desempenhar o papel de regente, mas o faraó era homem; os sacerdotes e os guerreiros eram homens; elas só interferiam na vida pública de modo secundário; e na vida privada exigiam dela uma fidelidade sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1949, p. 123).

Além disso, por muito tempo as mulheres foram consideradas objetos que os homens deveriam conquistar. A clássica distinção entre “senhora” e “senhorita”, presente na maioria das línguas, não é vista entre os homens. Essa distinção reduz as mulheres em seres que são vistas apenas quando comparadas aos homens, como se elas não existissem senão em seu papel de esposa, ou futura esposa.

Ao analisar a ideologia do discurso, percebemos que a distinção entre “senhora” e “senhorita” foi criada por respeito aos homens, que detêm suas esposas, e não criada para as mulheres. É claro, para os homens, o casamento não era um sonho que deveria ser alcançado, uma obrigação, logo, a distinção não era necessária para seu gênero. Na carta *Presidenta, sim!*, Bagno também afirma:

> Somente no século XX as mulheres puderam começar a lutar por seus direitos e a exigir, inclusive, que fossem adotadas formas novas em diferentes línguas para acabar com a discriminação multimilenar. Em francês, as profissões, que sempre tiveram forma exclusivamente masculina, passaram a ter seu correspondente feminino, principalmente no francês do Canadá, país incomparavelmente mais democrático e moderno

> do que a França. [...] É claro que isso não aconteceu em todo o mundo, e muitos judeus continuam hoje em dia a rezar a oração que diz “obrigado, Senhor, por eu não ter nascido mulher” (BAGNO, 2011).

Durante a construção da gramática da língua portuguesa, as mulheres não tinham direito a ter contas no banco. Para sacar dinheiro, viajar, sair de casa, era necessário a permissão do pai, ou do marido, ou seja, podemos concluir que as mulheres não eram consideradas seres autônomos. Dessa forma, como podemos afirmar que as mulheres devem se sentir representadas em “o homem”, se a construção da língua foi ideológica, enquanto os homens detinham todo o poder?

O discurso sempre é carregado de ideologias e significados, basta analisar o quão difícil foi para as pessoas aceitarem o uso das palavras “presidenta”, “bacharela” e “mestra”. As mulheres não podem conquistar espaços e se sentirem satisfeitas, elas constantemente correm o risco de perder seus espaços, a partir do momento que os homens se sentem ameaçados.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin explica como a linguagem, especificamente a fala, está ligada às estruturas sociais, e é o motor das transformações linguísticas.

> A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc. Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua (BAKHTIN, 2006, p. 7).

Paula Silva e Luísa Saavedra, no guião de educação, gênero e cidadania, referem a importância de reconhecer o carácter discriminatório da linguagem e escrevem que:

> É importante ter consciência de que a alteração do uso da linguagem, embora não mude, por si só, a hegemonia masculina, pode, no entanto, permitir identificar posições alternativas. (…) Neste sentido, defender a utilização de uma terminologia não sexista pode mudar a percepção dos significados atribuídos às mulheres e aos homens. A linguagem, ou o discurso, dá-nos a possibilidade de provocar mudanças (SAAVEDRA; SILVA, 2009, p.68).

Defender o uso do gênero masculino como neutro na língua portuguesa é apenas uma forma de manter o poder e dominação por parte dos homens, e negar a existência de outros gêneros que se sentem invisíveis na própria língua.

Uma das recentes polêmicas da língua portuguesa é o sintagma neutro, que diferente do gênero masculino, é representado por sintagmas como “x”, “@”, “u” e “e”, como “todxs”, ou “todes”. Devido a identidade de gênero não-binária, na qual as pessoas não se identificam a essas categorias social e historicamente definidas, alguns membros da comunidade LGBTQIA+ viram a necessidade da existência de uma linguagem neutra, assim como as flexões de gênero em todas as palavras, para que elas de fato, incluíssem todas as pessoas.

As discussões sobre como os gêneros são construídos na sociedade e na língua ganham cada vez mais espaço (BUTLER, 1990). Butler (1990) ainda afirma que:

> Para Irigaray, a gramática jamais poderá ser um índice seguro das relações de gênero, precisamente porque sustenta o modelo substancial do gênero como sendo uma relação binária entre dois termos positivos e representáveis. Na opinião de Irigaray, a gramática substantiva do gênero, que supõe homens e mulheres assim como seus atributos de masculino e feminino, é um exemplo de sistema binário a mascarar de fato o discurso unívoco e hegemônico do masculino, o falocentrismo, silenciando o feminino como lugar de uma multiplicidade subversiva (BUTLER, 1990, p.26).

Butler também afirma que "a linguagem é estruturada na lei, e a lei é imposta pela linguagem" (BUTLER, 1990, p.133), logo, as regras gramaticais sempre estão a serviço da lei, que é masculinista e exclui as mulheres a partir do momento que define os homens como únicos representantes da raça humana, e as mulheres como o que está sempre marcado, oposto ao homem, a exceção no meio de discursos “neutros” com o uso do masculino.

Bagno (2002) declara que tratar da língua é tratar de um tema político, logo, não há como falarmos das relações de poder constituídas na sociedade sob a premissa de que a gramática normativa seria instrumento de ascensão do indivíduo.

> [...] se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade (BAGNO, 2002, p.69).

Quando falamos na elite do Brasil, ela representa, em sua maioria, homens heterossexuais brancos, pertencentes ao sul e sudeste do país, como

muitos fazendeiros e herdeiros de terras e gado, que frequentaram apenas os anos iniciais de estudo, e que não fazem uso da norma chamada de culta. Ninguém parece interessado na fala dos patrões ou dos políticos que estão nas mídias e não fazem uso da gramática normativa. Ainda que uma mulher preta domine completamente a norma padrão, ela não terá o mesmo acesso de um homem branco e heterossexual ao topo da pirâmide social.

Em *Análise de Discurso,* Orlandi provoca um olhar em várias direções, afirmando que compreender a língua como acontecimento e não só como estrutura é extremamente importante. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2001, p. 17). Em 1960, Carolina Maria de Jesus, uma mulher preta e favelada ganhava reconhecimento internacional com a publicação do seu diário, no qual ela descrevia de maneira impactante e poética seu cotidiano na favela, cercada por fome e miséria. A obra possui uma linguagem simples, uma vez que a autora não teve a oportunidade de concluir seus estudos, e repleta de marcas de oralidade que expressam o contexto social da favela e a visão de mundo que ela possuía, e mesmo considerada por muitos como uma obra "não-culta", havia algo a ser dito por Carolina e assim, *O Quarto de despejo – Diário de uma favelada* foi publicado em mais de 40 países. Apesar de todo o sucesso da época, Carolina também foi vítima do sistema e não conseguiu se solidificar como autora nos anos seguintes, caindo em esquecimento até os dias de hoje, que encontramos uma forte corrente social e literária que resgata a obra e importância de Carolina, entre outros autores negros.

Durante a campanha eleitoral de Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores adotou a palavra "*presidenta"* para marcar um feito que seria inédito em nosso país: a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Tal escolha levou muitos gramáticos e estudiosos da língua portuguesa a debaterem o tema, argumentando que o substantivo "presidente" representava ambos os gêneros e essa mudança não seria gramaticalmente justificável, ao contrário disso, Luís Antônio Sacconi e Evanildo Bechara confirmam o uso correto das duas formas; e ainda Domingos Paschoal Cegalla defende que *presidenta* também é uma forma adequada e dicionarizada. Podemos encontrar sua definição no VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa).

Simone de Beauvoir (1970, p. 11) afirma que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Se o gênero é uma construção cultural, diferente do sexo, uma

característica biológica, significa que quem nasce com o órgão sexual feminino não necessariamente é uma mulher. Butler (1990) diz que a afirmação de Beauvoir sugere que o gênero é variável e uma escolha, como se pudéssemos escolher o que seremos dentro da nossa cultura. A autora traz questionamentos como: o que determina o que nos tornamos, e por que nos tornamos? Em que ponto alguém escolhe seu gênero? Segundo Butler, desde o nascimento estamos marcados por significados culturais, porque existe uma expectativa sobre quais brinquedos iremos utilizar, quais cores, quais serão nossos comportamentos e hábitos. Portanto, o gênero não é algo inato, e sim, um efeito do discurso cultural. Ambos os sexos e os gêneros são efeitos discursivos.

Todas essas discussões implicam em mudanças significativas na sociedade, como a proposta de usos neutros na língua portuguesa. Essa proposta evidencia que o uso do gênero masculino enquanto neutro não está sendo e, nunca foi, inclusivo para todas as pessoas. Ele evidencia o apagamento de minorias como as mulheres, pessoas não-binárias [2] e *queers*.[3]

A língua é um espaço de poder conservador. Portanto, as mulheres - assim como outros gêneros - não são representadas de forma justa, uma vez que a sociedade e a gramática são dominadas por homens. A luta pela conquista de espaço dessas minorias ainda está sendo travada e, provavelmente, perdurará por muito tempo. Por isso, acreditamos que este trabalho é essencial para que a temática da linguagem inclusiva seja mais discutida entre os cientistas da língua.

---

[1]**Pessoas não-binárias:** pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não se limita às categorias masculino ou feminino.

[2]**Queers**: originalmente usada como ofensa a comunidade LGBTQIA+ por significar "estranho", o termo foi ressignificado pela comunidade e hoje é usado para designar todos que não se encaixam na heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade.

6 ANÁLISE DE DISCURSO: CONCEITO DE LÍNGUA

É importante frisar que o presente trabalho não tem como objetivo desenvolver uma análise com base na Análise de Discurso. Aqui, a teoria é utilizada como referência no que diz respeito à reflexão acerca do que é língua e como ela se constitui, ou seja, serve aqui como ferramenta de conceptualização do que é entendido como língua dentro deste trabalho.

A definição de discurso costuma ser usada popularmente para se referir a pronunciamentos políticos, argumentos bem elaborados ou uma fala rebuscada. Entretanto, na Análise de Discurso, como aponta Cleudemar Alves Fernandes (2007), o discurso é um objeto de estudo e é necessário dissociá-lo das concepções do senso comum.

É possível afirmar que o discurso, sendo um objeto de investigação científica da Análise de Discurso, necessita de elementos linguísticos que vão além da língua, do texto ou da fala.

Ou seja, o discurso necessita de uma exterioridade à língua, porque está entre o âmbito do social e ideológico. Ao observamos falas cotidianas ou títulos de reportagens, mesmo quando não há a intenção de posicionamento político, podemos notar os lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos no discurso.

Cleudemar Alves Fernandes (2007) traz o exemplo dos substantivos ocupação e invasão. O emprego do termo ocupação mostra um posicionamento a favor dos trabalhadores rurais Sem-Terra, pois carrega o significado de que algo foi ocupado porque não está sendo utilizado. O emprego do termo invasão é o oposto, pois condena os trabalhadores rurais por estarem praticando uma atividade ilegal.

O discurso revela os aspectos socioideológicos que o sujeito possui, por isso, também é necessário refletir sobre quem é esse sujeito.

O sujeito discursivo não é visto como um ser humano, um indivíduo. Ele é visto como um ser social dentro de um espaço coletivo. Portanto, ao invés de ser visto como um "eu", é compreendido como um sujeito dentro de um espaço social e ideológico.

Como o sujeito está inserido dentro desse espaço socioideológico, logo ele também não é homogêneo, pois seu discurso se constitui em um espaço de outros discursos. Daí surge o conceito de polifonia, pois um único discurso carrega

muitas vozes. Também temos a noção de identidade, que na Análise de Discurso é plural e não fixa, portanto, está em constante produção. Podemos afirmar que a identidade é um produto das relações sociopolíticas e é inacabada porque as transformações sociais não se esgotam.

A professora Eni. P. Orlandi (2001) aponta que, ao analisar discursivamente a linguagem, é desafiador traçar limites entre o mesmo e o diferente. Uma linha de pensamento é considerar todo o funcionamento da linguagem na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos.

A paráfrase significa o retorno aos mesmos espaços do dizer, representa uma estabilidade. A polissemia, por sua vez, é um deslocamento, ruptura de processos de significação. É dessa forma que, ao usarmos palavras já ditas (paráfrase), ainda sim conseguimos produzir diferentes discursos (polissemia).

> Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos - e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objetivo simbólico. (ORLANDI, 2001, p. 38)

A recusa do gênero masculino como pronome neutro na língua portuguesa não é uma guerra contra a gramática ou a negação da importância da norma-padrão, mas uma tentativa para que ela represente a sociedade de forma mais fiel, e não apenas para manter uma dominação masculina que perdura há muitas décadas. “As mulheres não estão inteiramente erradas quando recusam as regras de vida introduzidas no mundo; tanto mais quanto são os homens que as fizeram sem elas.” (MONTAIGNE, 1580).

A solução para que a linguagem masculinista deixe seu sexismo gramatical não é, obviamente, tornar o gênero feminino como gênero neutro, mas buscar uma linguagem neutra que não esteja presa na binaridade dos gêneros, que há muito tempo já não representa todas as pessoas. Exigir que as pessoas só usem a língua de um ponto de vista binário, como homem ou mulher, é prendê-las em uma limitação sem sentido que não beneficia nenhum dos gêneros.

Na teoria de Wittig (1983), a linguagem tem o poder de criar o socialmente real, e suas estruturas heterossexuais compulsórias dão aos homens o direito da fala plena e autorizada, enquanto nega-a as mulheres:

> “Somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós [...] ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais” (WITTIG, 1983, p. 64).

Portanto, ao estabelecer que a língua tenha apenas os gêneros feminino e masculino, é torná-la opressora, pois “exige que, para falar, o sujeito falante participe dos próprios termos dessa opressão - isto é, aceite sem questionar a impossibilidade ou ininteligibilidade do sujeito falante” (BUTLER, 1990, p. 201).

Intersexuais e pessoas não-binárias, por exemplo, não conseguem assumir uma posição de sujeitos falantes nesse sistema linguístico.

> Falar nesse sistema é ser privado da possibilidade de fala; assim, simplesmente falar nesse contexto é uma contradição performativa, a afirmação linguística de um eu que não pode “existir” no interior da linguagem que o afirma (BUTLER, 1990, p. 201).

Em outras palavras, para libertar as pessoas de uma linguagem opressora, é necessário libertar as regras gramaticais confinadas a uma binaridade de gêneros, ou seja, para que os gêneros possam assumir posições de sujeitos falantes, é preciso criar uma linguagem realmente neutra. Como Beauvoir (1970) afirma, ao libertar as mulheres, os homens também são libertados:

> o homem é corroído pela preocupação de se mostrar macho, importante, superior; representa comédias, a fim de que lhe representem outras; é também agressivo, inquieto; tem hostilidade contra as mulheres porque tem medo delas, porque tem medo do personagem com quem se confunde. Quanto tempo e forças desperdiça para liquidar, sublimar, transferir complexos, falando das mulheres, seduzindo-as, temendo-as! Libertá-lo-iam, libertando-as (BEAUVOIR, 1970, p. 545).

Dessa maneira, a linguagem consegue atuar positivamente nas mudanças para uma sociedade inclusiva, e não apenas masculina. A busca por uma linguagem verdadeiramente neutra na língua portuguesa é criticada impetuosamente por pessoas que acreditam que essa mudança não vai provocar nenhum benefício importante em uma sociedade que passa fome, e não consegue oferecer direitos básicos para a população, como acesso à saúde e à educação, mesmo que essa mudança signifique a comprovação de que identidades que sempre foram

marginalizadas e rejeitadas pela heterocisnormatividade existem e devem se sentir representadas em sua própria língua. De acordo com Beauvoir (1970):

> Libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir também para ele: reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá entretanto um outro para o outro; a reciprocidade de suas relações não suprimirá os milagres que engendra a divisão dos seres humanos em duas categorias separadas: o desejo, a posse, o amor, o sonho, a aventura; e as palavras que nos comovem: dar, conquistar, unir-se conservarão seus sentidos. Ao contrário, é quando for abolida a escravidão de uma metade da humanidade e todo o sistema de hipocrisia que implica, que a "seção" da humanidade revelará sua significação autêntica e que o casal humano encontrará sua forma verdadeira (BEAUVOIR, 1970, p. 556).

Logo, lutar por uma linguagem mais inclusiva não significa deixar de lado outras políticas públicas, e se todos os movimentos igualitários tivessem esperado a fome acabar para começar suas lutas, não teríamos todos os direitos que conquistamos. Além disso, nós não apenas utilizamos a língua, a língua também nos molda como sujeitos e falantes de uma comunidade. Ao ter uma fala inclusiva, nós facilitamos que pautas de inclusão sejam consideradas cada vez mais importantes e necessárias.

Ao analisar o uso do gênero masculino gramatical como gênero neutro na gramática por meio da Análise de Discurso de linha francesa desenvolvida por Pecheux, baseada em Fernades e Orlandi, podemos concluir que apesar do gênero masculino ser dito como gênero não marcado que não carrega um gênero social, ainda sim ele traz um discurso e um posicionamento sociopolítico, pois seu uso define que apenas os homens podem representar a raça humana e, como já visto no capítulo 3, um único homem possui mais valor que 99 mulheres.

No próximo capítulo iremos descrever como os procedimentos metodológicos para este trabalho foram escolhidos.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação foi pautada em revisões bibliográficas com o foco na definição do masculino como gênero neutro, seu impacto para a representação das mulheres na língua portuguesa, e a análise de dados terá como base a Análise de Conteúdo.

A análise de conteúdo segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Ou seja, tudo que é dito ou escrito pode ser investigado por meio desse método. A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, como a análise temática, que estuda um tema em específico, como realizamos neste trabalho

As amostragens selecionadas para a análise de dados tiveram como fonte os primeiros resultados de imagens nas buscas de palavras-chave como médico, enfermeiro e recepcionista, com o intuito de mostrar a imagem popular que essas palavras possuem e seus significados sociais, visto que os mecanismos de buscas priorizam mostrar resultados que mais fazem sentido para o usuário. Também foram selecionados os primeiros resultados de pesquisas de palavras-chaves no feminino e no masculino, além de marcas que buscam utilizar uma linguagem neutra em suas comunicações.

A análise dos dados será feita com base na Análise de Conteúdo, de Bardin, e o conceito de linguagem utilizada no trabalho é o trazido pela Análise de Discurso de linha francesa, que considera todo discurso carregado de significados ideológicos de que qualquer discurso surge dentro de um espaço sócio-histórico-cultural e representa um conjunto de significados sociais. Durante a definição das regras gramaticais (Fernão de Oliveira, 1563, João de Barros, 1540), por exemplo, aqueles que continham privilégios e altas posições sociais eram homens, uma vez que mulheres sequer podiam votar, ou realizar qualquer ação legítima sem a autorização do pai ou marido.

A primeira gramática da língua portuguesa foi escrita por Fernão de Oliveira, publicada em 1536, e as gramáticas consideradas mais importantes que vieram em sequência também foram de homens, como a de Pe. Jerônimo Contador de Argote (Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, 1725), e a Nova gramática do português contemporâneo, publicada em 1985 por Lindley Cintra e Celso Cunha.

Portanto, a gramática foi construída em um contexto que não considerava como as mulheres seriam representadas, porque elas não tinham voz. Nós carregamos o significado dessa construção nas nossas falas até hoje, utilizando apenas o masculino como representante da raça humana.

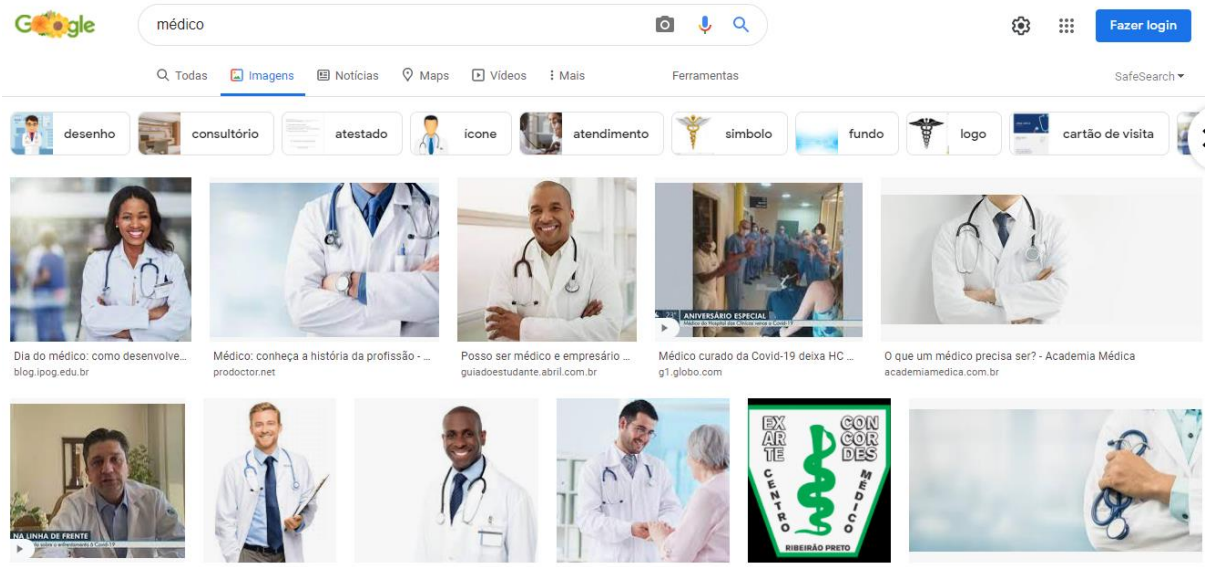
O tipo de pesquisa utilizada será a explicativa, pois tentamos compreender as causas e efeitos do masculino como gênero neutro na língua portuguesa na representação das mulheres, e utilizamos dados obtidos a partir de revisões bibliográficas.

8 ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido durante a pandemia de COVID-19, que teve início em 2020 no Brasil e perdura até este ano (2021). Levando esse aspecto em consideração, decidimos coletar dados *online*, que podem ser analisados a distância por qualquer pessoa com acesso à internet.

Para a seleção das amostragens decidimos usar resultados de pesquisas de palavras-chaves na internet, tendo em vista que os mecanismos de buscas ranqueiam seus resultados de acordo com a intenção de busca do usuário e páginas mais populares. Portanto, os primeiros resultados mostram uma visão popular do termo buscado e exemplificam os significados sociais que ele carrega.

Figura 1 – Imagem do resultado da pesquisa de imagens no Google por “médico”



Fonte: https://www.google.com/search?q=m%C3%A9dico

A primeira amostra apresenta os resultados da pesquisa da palavra-chave “médico” na busca de imagens do Google. O termo “médico” está no gênero gramatical masculino, classificado como neutro, entretanto, essa profissão carrega socialmente uma representação masculina (uma profissão de prestígio que salva vidas).

Como visto no capítulo 3, o uso do masculino para indicar gênero humano varia de acordo com o contexto social. A notícia do jornal Bem Panará, citada no capítulo, traz médicos e enfermeiras, relacionando a classe médica a uma

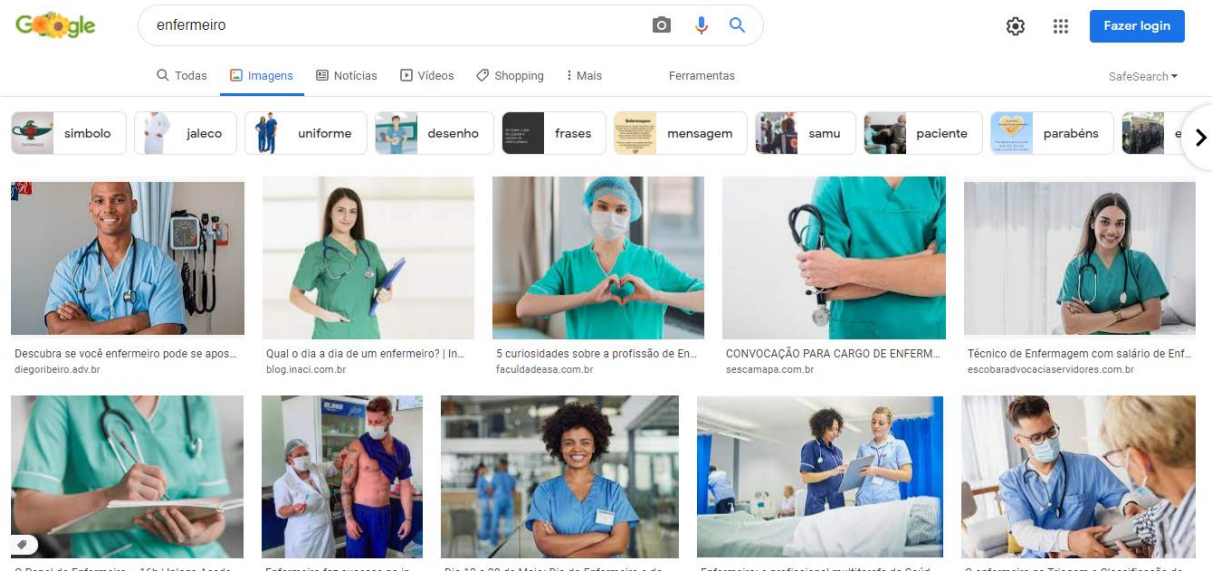
característica masculina, enquanto a classe de enfermagem está relacionada ao feminino.

A próxima amostra, com os resultados da palavra-chave “enfermeiro” na busca de imagens, apesar de também estar no masculino, apresenta em sua maioria, fotos de mulheres como enfermeiras, justamente pelo fato da profissão ser associada às mulheres (uma profissão “submissa”, que cuida das pessoas).

É essencial lembrar que, para a Análise de Discurso de linha francesa, o discurso exige uma exterioridade à língua porque está inserido em um âmbito socioideológico. Portanto, nenhum discurso é neutro, mesmo quando tem a intenção de ser.

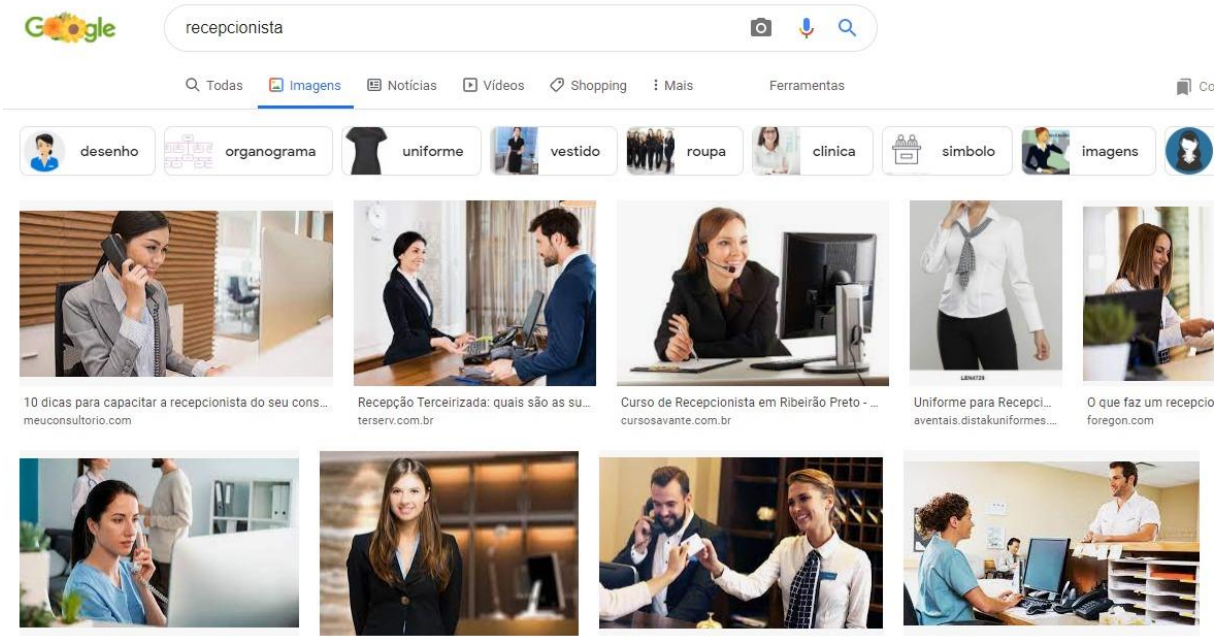
Ou seja, quando vemos que a classe médica é associada a figura masculina, mesmo quando a Demografia Médica de 2020 do Conselho Federal de Medicina afirma que a Medicina está cada vez mais jovem e feminina, vemos uma manutenção de um significado social que já não representa mais a realidade.

Figura 2 – Imagem do resultado da pesquisa de imagens no Google por “enfermeiro”



Fonte: https://www.google.com/search?q=enfermeiro

Figura 3 – Imagem do resultado da pesquisa de imagens no Google por “recepcionista”

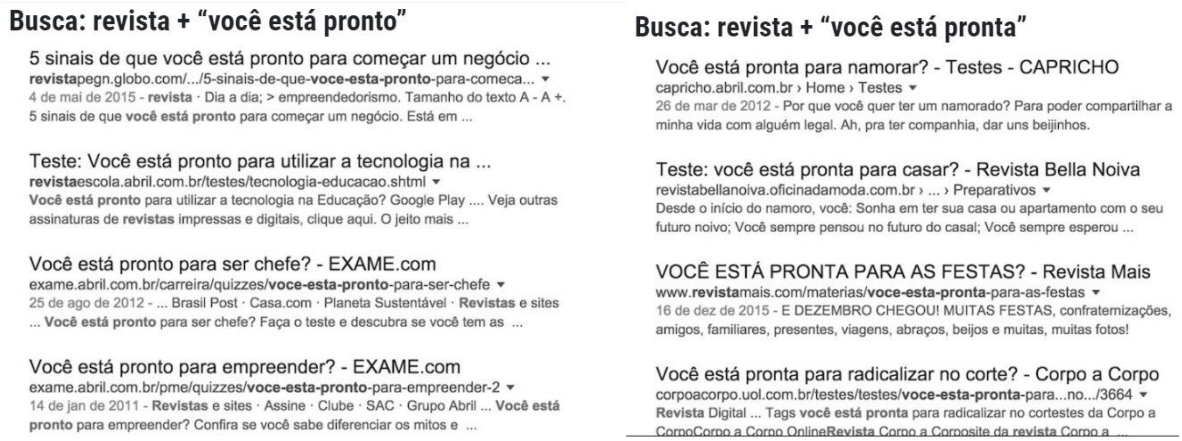


Fonte: https://www.google.com/search?q=recepcionista

A terceira amostra apresenta os resultados da busca por imagens da palavra-chave “recepcionista”, um termo considerado neutro por se aplicar aos gêneros masculino e feminino. Assim como a profissão de enfermagem, a área da recepção também é associada às mulheres e é vista como um cargo “submisso”, que depende de outra profissão (como médicos, advogados e empresários).

Esse substantivo foi escolhido para mostrar que o sujeito do termo recepcionista não é visto simplesmente como uma pessoa que trabalha na recepção. Assim como o sujeito discursivo, ele é um ser social dentro de um coletivo, nesse caso, o substantivo recepcionista carrega o significado social de uma mulher submissa e simpática que serve a uma classe superior, majoritariamente vista como masculina.

Figura 4 – Imagem dos resultados da pesquisa no Google por “revista + você está pronto” e “revista + você está pronta”



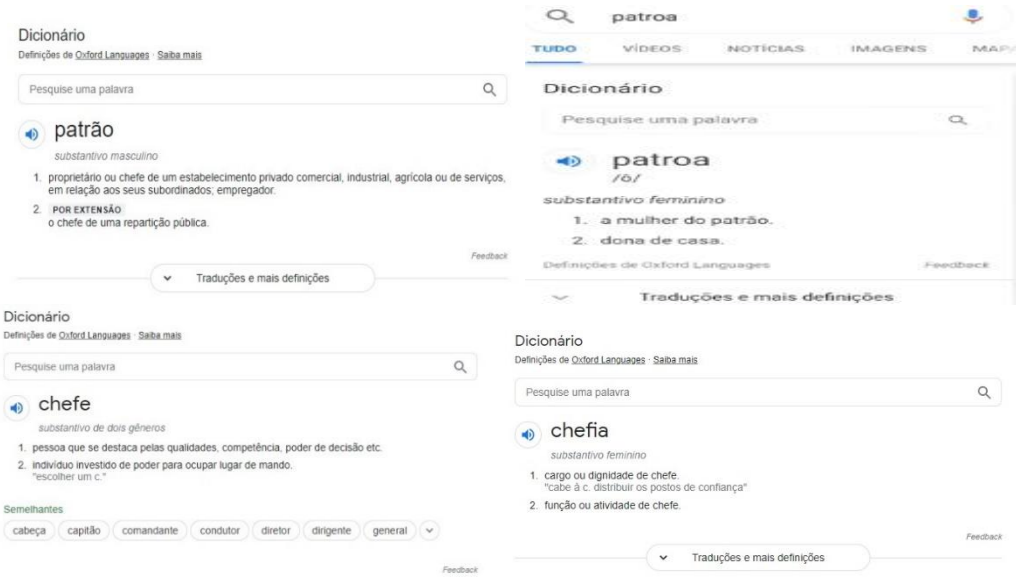
Fonte: https://www.google.com/search?q=revista+%2B+voc%C3%AA+est%C3%A1+pronto, https://www.google.com/search?q=revista+%2B+voc%C3%AA+est%C3%A1+pronta

As duas amostras acima mostram, respectivamente, os resultados da pesquisa “revista você está pronto” e “revista você está pronta”. Os artigos com o título “Você está pronto...” podem ser direcionados a várias pessoas, não apenas aos homens, entretanto, fica claro a diferença na comunicação direcionada para as mulheres.

Quando Beauvoir (1949, p.11) afirma que não se nasce mulher, torna-se mulher, ela se refere a construção social do gênero feminino. Ser mulher não é simplesmente nascer com um determinado corpo, mas ser vista como uma pessoa submissa, apagada, que não representa a raça humana e não está em marcos importantes da história da humanidade. Butler (1990) também declara que o gênero é uma performance com consequências punitivas, e podemos notar essa "punição" por meio da amostragem. Enquanto o gênero masculino é estimulado a ter objetivos como empreendimento e liderança, o gênero feminino é voltado para namoro, casamento, festa e beleza.

Para a Análise de Discurso, o conceito de identidade é plural e não estável, está sempre inacabada porque as relações sociopolíticas estão em constante mudança. Tendo esse fato em mente, é possível afirmar que ao longo do tempo, conforme os usuários da língua portuguesa forem ressignificando o significado social do gênero feminino e masculino, ambas as amostras podem mostrar resultados diferentes, ao serem pesquisadas daqui alguns anos.

Figura 5 – Imagem dos resultados da pesquisa no Google por “patrão, patroa, chefe e chefia”



Fonte: https://www.google.com/search?q=patr%C3%A3o, https://www.google.com/search?q=patroa, https://www.google.com/search?q=chefe, https://www.google.com/search?q=chefia

As amostras acima trazem o resultado do dicionário do google para as palavras-chaves “patrão, patroa, chefe e chefia”, respectivamente. Enquanto “patrão” apresenta significados relacionados às posições de poderes, “patroa” é representada apenas como a mulher do patrão ou dona de casa. Em “chefe”, temos significados mais completos com palavras como poder, qualidades, competência, enquanto “chefia” apenas apresenta “dignidade/atividade de chefe”.

Conforme os dicionários são atualizados, a definição das palavras também passa por alterações. No dicionário online Michaelis, por exemplo, patroa apresenta 5 definições:

1. Proprietária de qualquer tipo de empresa: industrial, comercial, agrícola ou de serviços, em relação a seus empregados.
2. Chefe de uma repartição pública ou de um escritório.
3. esposa, acepção
4. Tratamento respeitoso dirigido a uma senhora.
5. Mulher do patrão.

As definições 3, 4 e 5 definem a mulher em relação ao homem, uma perspectiva tradicional e patriarcal. Porém, também é possível notar uma polissemia, porque há uma ruptura de significação ao trazer patroa com o mesmo significado

social de um patrão. Apesar de ser a mesma palavra (paráfrase), há um significado distinto (polissemia).

Figura 6 – Imagem de marcas usando linguagem neutra



Fonte: https://www.linkedin.com/company/todxs/, https://www.melodianews.com.br/4662/noticia/uso-de-genero-neutro-faz-empresa-de-sucos-sofrer-boicote

As duas últimas amostras foram selecionadas com o intuito de mostrar como marcas do mercado de trabalho estão buscando neutralizar suas comunicações com formas e comunicações que não se restringem aos gêneros masculino e feminino.

As marcas não são os únicos sujeitos que buscam implementar a linguagem neutra em suas comunicações. Alguns professores usam informalmente os usos neutralizados, o que gera polêmicas como a lei n° 5.123 de Rondônia que proíbe o uso da linguagem neutra em escolas públicas e privadas.

Associação Brasileira de Linguística (2021) já se manifestou contra essa lei, pois ela impõe "silenciamentos, desconsideram as complexas relações entre língua e sociedade e interferem na construção de uma política educacional emancipadora e reflexiva" e a Associação defende uma educação livre de preconceitos linguísticos, segundo seu pronunciamento.

Tentativa de realizar usos neutralizados da língua é cada vez mais recorrente dentro da língua portuguesa, por isso, selecionamos dois exemplos que trazem como esse discurso se dá na prática.

9 DISCUSSÃO: COMO PODEMOS ADOTAR UMA LINGUAGEM MAIS INCLUSIVA

Os gramáticos que defendem a manutenção do masculino como gênero não marcado com o intuito de defender a norma-padrão, buscam proteger um conceito “cujas origens filosóficas foram legadas ao que conhecemos por gramática não sofreu nenhuma alteração de suas categorias desde que foi proposta, há mais de 2.000 anos.” (CARVALHO, 2021, p. 29). Questionar as categorias gramaticais no Brasil ainda é um tabu, principalmente quando as propostas, como as de neutralização, causam estranhamento.

Como apresentamos ao longo do trabalho, o gênero gramatical não é uma decisão arbitrária de uma categoria abstrata. Enquanto o gênero não marcado mostra como o masculino é merecedor de representar a raça humana, o gênero gramatical feminino é constantemente associado à submissão, fragilidade e objetificação, como vimos nos exemplos da classe médica, associada ao masculino (apesar das mulheres serem a maioria no Brasil segundo a demografia médica de 2020 do Conselho Federal de Medicina) e da classe de enfermagem, associada às mulheres.

Para adotar uma linguagem mais inclusiva, o ideal é buscar por um gênero gramatical que não se encaixe no masculino e nem no feminino, diferente do que propõe Wittig:

> Em Les Guérillères [As guerrilheiras], ela [Wittig] busca eliminar todas as conjunções ele-eles (il-ils), ou, a rigor, todos os “ele” (il), e colocar elas (elles) na posição do geral, do universal. “O objetivo dessa abordagem”, escreve ela, “não é feminizar o mundo, mas tornar as categorias do sexo obsoletas na linguagem” (BUTLER, 1990, p. 208).

Utilizar “eles” ou “elas” em textos não solucionaria a problemática dos gêneros não se sentirem representados na língua portuguesa. Ao usar o gênero masculino, estamos excluindo as mulheres, intersexuais, pessoas não-binárias, e a exclusão também ocorre caso o gênero feminino seja considerado o pronome neutro. Concluímos que o ideal seria termos uma linguagem gramaticalmente neutra que vá além dos gêneros sociais masculinos e femininos.

> por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído [...] Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira [...] Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos [...] não há razão para supor que os gêneros também deva permanecer em número de dois (BUTLER, 1990, p. 26).

Butler ainda afirma:

> esse enfoque tende a reforçar exatamente a estrutura binária heterossexista que cinzela os gêneros em masculino e feminino e impede uma descrição adequada dos tipos de convergência subversiva e imitativa que caracterizam as culturas gay e lésbica (BUTLER, 1990, p. 121).

Diversos usuários da língua já começaram a adotar o uso de terminações como “x” e “@” em textos escritos, porém, eles não são práticos quando pensamos na fala. Eles não expressam som, logo, é impossível falar “boa noite a todxs” sem usar outro sintagma como “o”, “a” ou “e”, além de dificultarem a leitura de textos para deficientes visuais. O uso mais apropriado parece ser justamente o da letra “e”, como em “boa noite a todes”, e ao falar sobre a raça humana, usar pessoas ou seres humanos, ao invés de apenas “homens”.

É claro que é necessária uma reflexão mais profunda sobre como esse pronome neutro funcionaria na prática. Palavras como “cidadãos” seriam modificadas? É desafiador pensar em como uma linguagem neutra com “e” se encaixaria nessa palavra, assim como em mestres/mestras, presidentes/presidentas, que já utilizam o “e”, mas carregam um significado social masculino.

Para que a língua portuguesa possa se adaptar da melhor maneira possível, é preciso fazer como os cientistas da língua alemã, que possuem em sua língua um gênero neutro que não é incluído no masculino ou feminino (*der* para gênero masculino, *die* para gênero feminino e *das* para gênero neutro, e substantivos terminados em *chen* ou *lein* são neutros)

> poderemos entender as relações de poder, como penso que devem ser entendidas, como relações restritivas e constituintes das próprias possibilidades de volição. Consequentemente, o poder não pode ser retirado nem recusado, mas somente deslocado (BUTLER,1990, p. 215).

O intuito não é excluir a língua como a conhecemos, ou diminuir a importância da norma-padrão. Mudar completamente a língua é uma fantasia

utópica, o objetivo é ressignificar o gênero neutro, mostrar que ao adotar um pronome não-binário, podemos ter uma gramática inclusiva para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres lutam para suas vozes serem ouvidas há décadas. Na literatura, por exemplo, muitas autoras precisaram esconder seu gênero e adotar nomes fictícios masculinos ou usar os sobrenomes dos maridos para publicarem suas obras. Na língua, essa luta pela representação toma mais forma no contexto contemporâneo, juntamente com o movimento da comunidade LGBTIQA+ na proposta de uma linguagem neutra para representar outros gêneros que não se encaixam na binaridade homem e mulher.

A partir do momento que, na sociedade, há um maior reconhecimento de diferentes identidades, é natural que a língua também acompanhe essa tendência. Nós podemos ver esse acompanhamento da língua no caso da luta antirracista, que conseguiu mostrar como termos racistas contribuem para a manutenção do racismo estrutural no Brasil, como lista negra, mercado negro, humor negro e criado-mudo.

Para Danniel da Silva Carvalho “é dever da linguística e da gramática perceber essa caminhada e acompanhá-la, e jamais criar barreiras para seu curso” (CARVALHO, 2021, p. 150). Reiteramos esse posicionamento com outra colocação de Judith Butler:

> A linguagem tem uma possibilidade dupla: pode ser usada para afirmar a universalidade verdadeira e inclusiva das pessoas, ou pode instituir uma hierarquia em que somente algumas pessoas são elegíveis para falar, e outras, em virtude de sua exclusão do ponto de vista universal, não podem “falar” sem desautorizar simultaneamente sua fala (BUTLER, 1990, p. 209).

O mais importante é que algumas línguas já reconhecem a importância de um gênero não-binário que promova alternativas para torná-la mais inclusiva. O dicionário Merriam-Webster traz uma das definições do pronome *they:* “*used to refer to a single person whose gender identity is nonbinary”*, usado para se referir a pessoas não-binárias. Essa é uma contribuição muito valiosa para a língua inglesa que também possuía muitas palavras marcadas por gêneros e passou a substituí-las para um uso mais neutralizado, como *policeman* por *policeofficer, landlord* por *landperson* e ainda, *fireman* por *firefighter.*

Na Alemanha*,* que desde 2013 permite que os bebês sejam registrados com gênero indeterminado, o debate sobre linguagem neutra segue avançando e

ganhando cada vez mais força e com o envolvimento dos linguistas na discussão, prevemos um cenário promissor no caminho de uma linguagem mais inclusiva.

Ao longo do trabalho foram analisadas algumas formas de neutralização do gênero gramatical que estão sendo usadas e como as marcas estão buscando neutralizar sua própria comunicação, seja por objetivo mercadológico ou por uma vontade de propagar discussões acerca desses novos usos. Sabemos que é possível fazer com que a língua portuguesa seja inclusiva e representativa para seus falantes, por isso, nos dedicamos a mostrar como se dá o apagamento da mulher na língua portuguesa, por meio da manutenção do masculino como gênero neutro, e como a gramática pode deixar de ser uma forma de dominação, para se tornar verdadeiramente inclusiva, ao adotar um gênero gramatical que vá além dos gêneros sociais feminino e masculino.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Graça. **Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita**. Lisboa: Cadernos Sacausef, 2011.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico** – o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Presidenta, sim!** 2020. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2011/01/cartacapital11012011_marcosbagno.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Persona. 1977. Disponível em: https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf. Acesso em: 11 dez. 2021.

BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. 1908-1986. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BECCARI, Alessandro Jocelito. **Uma tradução da grammatica speculativa de tomás de erfurt para o português**: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. 2013. 500 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30657/R%20-%20T%20-%20ALESSANDRO%20JOCELITO%20BECCARI.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

BORGES, José. Sobre línguas, mundos, gêneros etc. *In*: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. (ed.). **Língua, texto, sujeito e (inter)discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BUTLER, Judith Pamela. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade**.** Tradução de Renato Aguiar, 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CALDAS-COULTHARD, C. R. *"Man in the news: the misrepresentation of women speaking in news-as-narrative discourse*". *In*: MILLS, Sara (org.). **Language and Gender**. Londres: Routledge.

CAMERON, D. What has gender got to do with sex?. ***Language & Communication***, [*s.l.*], v. 5, n. 1, p. 19–27, 1985.

CARVALHO, Danniel da Silva. **A domesticação da gramática de gênero**. Campinas: Pontes Editores, 2021.

CHEN, M. Keith. The Effect of Language on Economic Behavior: evidence from savings rates, health behaviors, and retirement assets. **American Economic Review**, [*s.l.*], v. 103, n. 2, p. 690-731, 1 abr. 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.1257/aer.103.2.690. Disponível em: https://www.anderson.ucla.edu/faculty_pages/keith.chen/papers/LanguageWorkingPaper.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

CORBETT, Graville. G. ***Gender***. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. "**Dilma Rousseff – presidente ou presidenta do Brasil?**". Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/gramatica/dilma-rousseffpresidente-ou-presidenta-brasil.com. Acesso em: 28 abr. 2021.

ERFURT, Thomas de. **Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa.** Tradução e comentários Alessandro Jocelito Beccari. Curitiba: UFPR, 2019.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso Reflexões Introdutórias.** [*S.l.: s.n*.], 2007. Disponível em: https://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRI.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

G1. **Associação Brasileira de Linguística se manifesta contra lei que proíbe uso da linguagem neutra nas escolas de RO**. 2021. Disponível em : https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/10/27/associacao-brasileira-de-linguistica-se-manifesta-contra-lei-que-proibe-uso-da-linguagem-neutra-nas-escolas-de-ro.ghtml. Acesso em: 30 nov. 2021.

G1. **Governo de Rondônia proíbe uso da linguagem neutra em escolas públicas e privadas**. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/10/21/governo-de-rondonia-proibe-uso-da-linguagem-neutra-em-escolas-publicas-e-privadas.ghtml. Acesso em: 30 nov. 2021.

HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Revista Estudos Feministas**, [*s.l.*], v. 16, n. 3, p. 857-864, dez. 2008. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/GWcB7QS3ZNxr3jn6qj6NHHw/. Acesso em: 09 out. 2021.

LAKOFF, Robin Tolmach. **Talking power:** The Politics of a Language. New York: Basic Books, 1990.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patroa/. Acesso em: 29 out. 2021.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

POSSENTI, S. **Questão de gênero**. 2012. Disponível em: http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/questao-de-genero. Acesso em: 31 out. 2020.

RITZ, Josianne. **Surpresa:** médicos e enfermeiras de hospital em Curitiba recebem ovos de páscoa. 2020. Disponível em: https://www.bemparana.com.br/noticia/surpresa-medicos-e-enfermeiras-de-hospital-em-curitiba-recebem-ovos-de-pascoa#.YVofILDPzIW. Acesso em: 14 abr. 2021.

SAAVEDRA, L.; SILVA, P**. Guião de educação, gênero e cidadania**. 2015. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2016/07/3Ciclo_Versao_Digital_FinalR.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.

SCHEFFER, M. *et al*. **Demografia Médica no Brasil 2020**. São Paulo-SP: FMUSP; CFM, 2020. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/DemografiaMedica2020_9DEZ.pdf. Acesso em 12 out. 2021.

VAUGELAS, Claude Favre de. ***Remarques sur la langue françoise** : utiles à ceux qui veulent bien parler et bien escrire*. Paris: J. Camusat et Pierre le Petit, 1647.

WEBSTER MERRIAM. ***they pronoun***. Disponível em: https://www.merriam-webster.com/dictionary/they. Acesso em: 04 nov. 2021.

WITTIG, Monique. The mark of gender. **Feminist Issues**, [*s.l.*], v. 5, n. 2, p. 3-12, jun. 1985. DOI: http://dx.doi.org/10.1007/bf02685575. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/BF02685575. Acesso em: 04 nov. 2021.